

Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia

49 | 2021

Número 49

Cartografias da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará

Cartographie de la formation territoriale du Sud et Sud-est du Pará

Cartography of the territorial formation of the South and Southeast of Pará

HUGO ROGÉRIO HAGE SERRA ET THIAGO ALAN GUEDES SABINO

<https://doi.org/10.4000/confins.35731>

Résumés

Français Portuguais English

Ce travail possède comme principal objectif proposer une cartographie de la région Sud Sudeste du Pará basée sur la formation territoriale de la région dans laquelle pèse les principaux événements historiques qui changent le territoire. Pour qu'il soit possible de développer méthodologiquement ce travail, cet article présente une lecture de méthode où l'histoire du Sud et Sudeste du Pará, avec ses contradictions, sera matérialisée dans le paysage avec aussi les dynamiques socio-économiques qui évaluent la région ici prétendue ; la région Sud et Sudeste du Pará est ainsi, le point de départ où l'histoire se développe et, en fin de compte, le résultat des manifestations sociales d'aspect économique-culturelle, surtout. Les résultats obtenus révèlent un ensemble cartographique que prend en considération les principaux événements historico-économiques de la région du Sud et Sudeste du Pará qui pourront être utilisés sous diverses perspectives de matrices historiques bien différentes.

Este trabalho possui como objetivo central propor uma cartografia da região Sul e Sudeste do Pará baseada na formação territorial desta região na qual pesem os principais eventos históricos de cunho econômico que alteram o território. Para que se possa desenvolver metodologicamente este trabalho, este artigo possui uma leitura de método em que a história do Sul e Sudeste do Pará, com suas contradições, esteja materializada na paisagem, bem como nas dinâmicas socioeconômicas que evidenciaram a região aqui pretendida. A região Sul e Sudeste do Pará é, assim, o ponto de partida, onde a história se desenvolve e, por fim, o resultado das manifestações sociais de cunho econômico-cultural, sobretudo. Os resultados obtidos revelam um conjunto cartográfico que leva em consideração os principais eventos histórico-econômicos da região Sul e Sudeste do Pará que podem ser desdobrados em diversas perspectivas de matrizes históricas também diferentes.



This work has as main objective to propose a cartography of the South and Southeast region of Pará based on the territorial formation of this region, in which the main historical events of economic nature that alter the territory are considered. In order to develop this work

methodologically, this article has a method reading in which the history of the South and Southeast of Pará, with its contradictions, is materialized in the landscape, as well as in the socioeconomic dynamics that evidenced the region intended here. Thus, the South and Southeast region of Pará is the starting point, where history develops and, finally, the result of social manifestations of an economic and cultural nature, above all. The results obtained reveal a cartographic set that takes into account the main historical-economic events in the South and Southeast region of Pará that can be unfolded in different perspectives from different historical matrices.

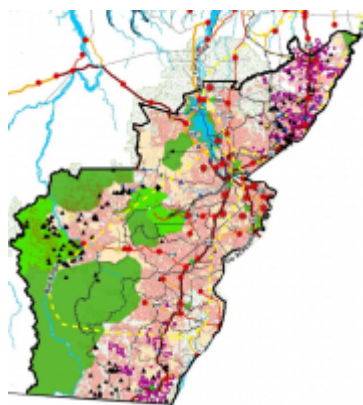
Entrées d'index

Index de mots-clés : Cartographie, formation territoriale, région Sud et Sud-est du Pará.

Index by keywords: Cartography, territorial formation, region, South and Southeast of Pará.

Índice de palavras-chaves: Cartografias, formação territorial, região, Sul e Sudeste do Pará.

Texte intégral

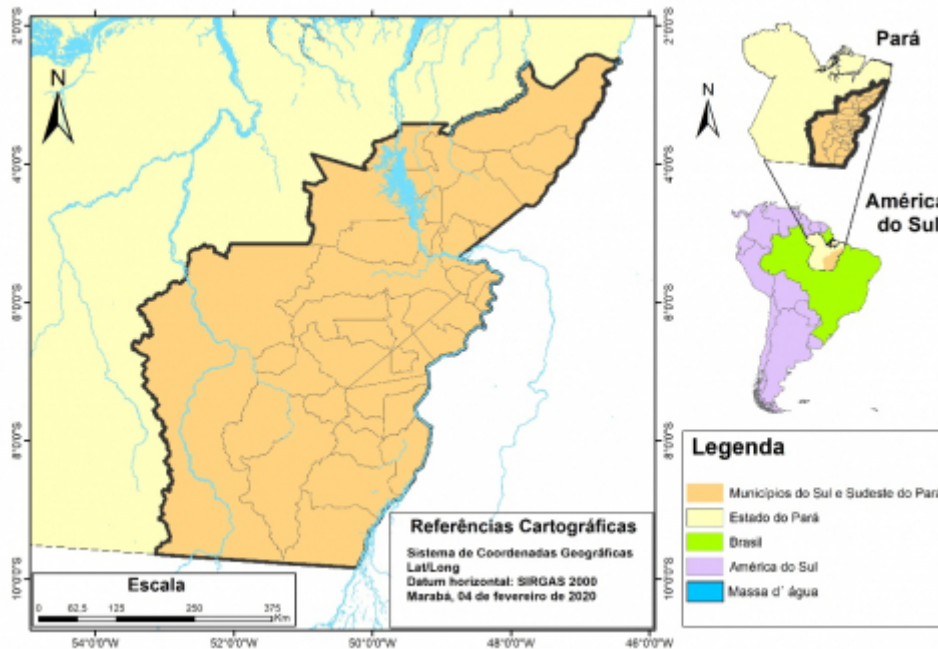


Afficher l'image

- 1 As regiões ora aqui denominadas Sul e Sudeste do Pará são largamente difundidas em diversos âmbitos sociais – principalmente, os institucionais – por meio de critérios cartográficos baseados nas diretrizes que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota para identificar esta porção territorial paraense, quais sejam: limites políticos-administrativos (estaduais e municipais); identidade regional; agregação das microrregiões homogêneas; contiguidade espacial; limite mínimo de agregação da mesorregião (200 mil habitantes); e, a articulação espacial entre os lugares. No mapa 1 há uma pequena síntese desse tipo de cartografia e que se torna ponto de partida empírico deste trabalho:

Mapa 01 – Municípios que compõe a mesorregião do Sul e Sudeste do Pará.





Fonte: IBGE, 2015.

- 2 Por outro lado, não se pode conceber, entender e executar uma geografia regional apenas por meio de critérios que se destinam a explicar uma cartografia baseada nos aspectos fisiográficos, dada a importância que a formação territorial possui para a compreensão da região. Ainda que se saiba que a formação territorial seja um retrato do momento histórico espacial – a dinâmica dos fatos econômicos, culturais e a maneira como a natureza fora modificada – não se pode deixar de reconhecê-la como uma categoria espacial que identifica os processos ao longo do tempo e que define a região. Os limites territoriais são, portanto, flexíveis.
- 3 Dada essa assertiva, neste trabalho há um esforço para se fazer valer um conceito de região para as frações “Sul e Sudeste do Pará” que não se limita à imposição de uma cartografia do tipo político-administrativa, a exemplo do mapa 1. Por outro lado, parte-se de uma perspectiva analítica de região compreendida no Sul e Sudeste do Pará, por meio de uma formação territorial particular e que interage com outras frações regionais paraenses, o que resulta em um duplo movimento: a) a diferença para demais regiões (paraenses ou não); b) uma delimitação regional baseada na correlação dos fatos históricos, geográficos, econômicos e culturais. Com essas explicações, o objetivo deste trabalho é propor uma cartografia da região Sul e Sudeste do Pará baseada na formação territorial da região em que pesem os principais eventos históricos de cunho econômico que alteram o território.
- 4 Para que se possa desenvolver metodologicamente este trabalho, inicia-se por uma breve explicação de como é elaborada a cartografia ou, dito de outra forma, quais os elementos estruturantes que condicionam a concepção, a busca por informações geo-históricas, a sistematização e a síntese cartográfica que levam à representação histórico-espacial por meio de mapas. Em seguida, procede-se a uma leitura de método em que a história do Sul e Sudeste do Pará, com suas contradições, esteja materializada na paisagem, bem como nas dinâmicas socioeconômicas que evidenciam a região aqui pretendida, enfatizadas pelos principais eventos históricos regionais.
- 5 A região Sul e Sudeste do Pará é o ponto de partida, na qual a história se desenvolve e, por fim, o resultado das manifestações sociais de cunho econômico-cultural, sobretudo. Escolhe-se a extração do caucho como evento histórico que dá início às explicações; posteriormente, tratar-se-á da exploração da castanha, atravessa-se o período de extração da madeira, exploração agropecuária e, por fim, a exploração mineral. Reconhece-se, assim, que a escolha do recorte temporal sempre recai em problemas de ponto de vista, tal como afirma Gomes (2013), mas é um risco necessário a fim de padronizar o contexto histórico-geográfico daquela região e de expor o tema ao debate.



- 6 Duas categorias de análise são fundamentais para o delineamento da explicação aqui pretendida. A primeira delas baseia-se nas ideias de Santos (1979), quando explica a formação econômica e social como uma categoria necessária à compreensão do espaço geográfico. Tal procedimento vai ao encontro da formação territorial por considerar as contradições sociais expressas no espaço, bem com o movimento histórico. Ainda no que se refere à relação formação econômica e social-espço, destaca-se que não se pretende tomá-la pela perspectiva associativa da qual aborda Haesbaert (2010), em que os conceitos não se apresentam de forma isolada. Tal preceito auxilia na compreensão de uma 'formação territorial', a qual, por seu turno, está amalgamada nas regiões Sul e Sudeste do Pará, formando um conjunto.
- 7 Ainda com base em Haesbaert (1988), a categoria região está contida no conceito da multiplicidade das dimensões sociais e não pode ser encarada como um espaço institucionalizado, tal como se percebe por meio do IBGE, bem como de ideias que mais se aproximam da imobilidade dos conceitos do que sua flexibilidade.
- 8 Para melhor organizar a temática apresentada, divide-se este trabalho em três breves seções. A primeira delas pauta-se numa breve explicação de como a cartografia do Sul e Sudeste do Pará foi elaborada a partir de contingenciamentos técnico-cartográficos, assim como do impacto dos principais eventos histórico-econômicos que resultaram em uma geografia regional. Em um segundo momento, volta-se à explicação de Santos (1979), quando este autor busca o reconhecimento da formação econômica e social para compreender melhor o espaço geográfico. Destaca-se que essa ideia tratada pelo autor não pode ser tomada como um conceito imóvel. De outra forma, prima-se pelo foco ou espacialidade do fenômeno espacial, o que, por si só, altera a estrutura conceitual (HAESBAERT, 2009, 2010). Há um esforço, assim, em associar tal ideia ao Sul e Sudeste do Pará. Em um terceiro momento, ao se manter a perspectiva histórica na explicação dos fatos, procede-se a uma contextualização dos principais eventos de ordem econômica que se deram no recorte espacial Sul e Sudeste do Pará.

1. A cartografia como base metodológica e como aporte na geografia regional do Sul e Sudeste do Pará: breves considerações

- 9 Martinelli (2008), em seu trabalho sobre a relação da geografia com a cartografia temática, alerta para a necessidade de se compreender esta técnica como uma linguagem integrante do universo visual e, por seu turno, da própria sociedade. Esta pequena assertiva demonstra a importância de situar o conhecimento cartográfico como elemento discursivo sem o qual a história dos povos se torna incompleta. Por meio desse raciocínio do autor, a geografia oportuniza a compreensão do espaço geográfico a partir da identificação e interpretação dos elementos cartográficos do mapa (MARTINELLI, 2008).
- 10 A cartografia, nesse sentido, é um importante instrumento técnico para compreender o processo de formação territorial do Sul e Sudeste do Pará e deve ser entendida como meio e não como ponto de chegada da realidade socioterritorial. Isto, porque esta técnica é uma representação gráfica da realidade, estando nas mãos do elaborador do mapa o poder de decisão dos fenômenos que aparecerão e outros que serão omitidos no mesmo processo (ACSERALD, 2013). Dessa forma, o mapa não é uma verdade absoluta, pois ele pode dar ênfase a um determinado objeto geográfico em detrimento de outros, tipificando, assim, as lentes de observação da pesquisa de acordo com as opções dos elaboradores.



Na elaboração dos mapas que atestam a formação territorial do Sul e Sudeste do Pará, a primeira etapa do processo metodológico constitui na busca por documentos

históricos que evidenciam a formação territorial da região. Essas obras e documentos estão disponíveis na Fundação Casa da Cultura de Marabá, que é uma instituição pública de referência em acervos da pesquisa das obras históricas desta região paraense. O raciocínio histórico da pesquisa foi fomentado por obras de pesquisadores sobre esta região, destacando: Ianni (1978), Becker (2001), Schmink e Wood (2012), Tocantins (1982) e Velho (2013).

12 A partir do levantamento e sistematização das referências históricas, realiza-se uma segunda etapa da elaboração cartográfica, com o objetivo de reproduzir ou criar bases históricas da referida região, utilizando a técnica de georreferenciamento, a qual consiste na retirada das informações geográficas de um mapa pronto, para, assim, transportá-las para um determinado sistema de referência cartográfica.

13 De acordo com Melo et. al. (2014) a técnica do georreferenciamento pode ser compreendida em três etapas: a primeira é denominada de mapeamento direto, que consiste em estabelecer a relação entre o sistema de coordenadas da imagem digital com o sistema de referência da Terra; a segunda etapa é denominada de mapeamento inverso, que é um processo de triangulação da nova imagem com base na localização de pixels; e, por último, a etapa de reamostragem, que é a sobreposição dos valores de cada pixel da nova imagem com base na imagem original (MELO et. al., 2014).

14 Após esta etapa de criação das bases históricas, tendo como referência os documentos históricos, avança-se na busca e *downloads* do banco de dados geográficos oficiais, em formato vetorial do tipo *shapefile*, adquiridas nos sites das instituições públicas, dentre elas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional das Águas (ANA); Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros.

15 Por fim, na etapa de elaboração dos layouts dos mapas, utiliza-se como referência geodésica o Datum Sirgas 2000. Cada mapa elaborado foi concebido de acordo com os eventos históricos-geográficos da sua época, havendo, nesse caso, uma adaptação para cada base cartográfica a fim de representar determinado período histórico.

2. A formação econômica e social como aporte da formação territorial: bases para a compreensão do Sul e Sudeste do Pará

16 Ao se tomar a formação econômica e social como uma categoria necessária para se compreender o espaço geográfico entende-se, de início, que o processo constitutivo das coisas e objetos são, ao mesmo tempo, inter-relacionados e diferentes na aparência. Dito de outra forma, conforme Santos (1979), forma e formação são distintas em suas ontologias, mas são equivalentes na prática porque somente a história – motor da sociedade (SANTOS, 2000) – é que dá condições de realização das coisas em objetos. No fim do processo, são as dinâmicas sociais que criam as formas.

17 Se o espaço geográfico é um fato histórico, a região também é. Assim como os processos históricos resultam em formas espaciais, a região é resultado de um amálgama, no qual sua estrutura conceitual e prática não pode ser resumida a um espaço do tipo institucional, aquele em que o Estado-nação incorpora os limites rígidos da administração do território e evoca a soberania como condição de apropriação e manutenção. Mais do que isso, a região possui: (...) uma identidade ideológico-cultural e [uma] representatividade política; [um espaço] articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos (HAESBAERT, 1988, p. 25, adaptado).



Ao concordar com Haesbaert (1988), as classes sociais presentes na região são garantidas porque há uma base territorial que lhes dá suporte para reprodução. Para o

autor, ao conjugar os valores econômicos, ideológicos e políticos, tem-se que a região é considerada uma totalidade social (DUARTE *apud* HAESBAERT, 1988). Tais elementos são importantes, pois, ao se comparar a região com a formação econômica e social, percebe-se que esta última explica as sociedades de forma diferenciada. Para região, a comparação entre as demais frações espaciais auxilia no reconhecimento das particularidades espaciais.

19 Ainda no que se refere à relação formação econômico-social e região, torna-se importante observar o poder que um conceito possui ao ser interpretado a fim de elucidar fenômenos da sociedade. Para isso, Haesbaert (2009, 2010) alerta sobre a relação conceito-realidade, na qual não se pode tomar o conceito como um elemento filosófico estanque. Segundo aquele autor, a questão central ou o ponto principal é o que se fazer a partir de um conceito, ele é uma particularidade tomada pelo indivíduo (HARDY-VALÉE, 2013). Nestes termos, ainda que se saiba a relação histórico-conceito entre o significado de 'formação econômica' e o espaço para a geografia, deve-se reconhecer a 'porosidade' que um conceito possui e como ele pode operar na interpretação dos fatos.

20 Haesbaert (2010) adota a perspectiva focal, em que a constelação de conceitos privilegia a relação entre 'sujeito' e 'objeto' e não uma oposição entre eles. Para esse autor, o que define um conceito é sua problemática. É neste ponto, portanto, que se demanda para o debate uma relação entre a formação econômica e social e a formação territorial do Sul e Sudeste do Pará. Dada essa assertiva, entende-se que uma formação econômica e social é imbuída de relações de poder entre sujeitos que vivenciam uma dada fração espacial, resultando, pois, em uma região (particularidade) da Amazônia, em que tempo e espaço se entrecruzam.

21 O dado mais expressivo da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará é marcado pela força da economia associada a marcas culturais diversas. A produção econômica é mediada pela produção humana ou social com todos os seus conflitos, regressos e progressos. Tem-se, assim, que, na Amazônia, mais especificamente no Sul e Sudeste do Pará, esta totalidade não se perfaz sem se desvincular da natureza, ou melhor, do tempo que a floresta exerce nos diferentes ritmos de vida da região.

22 Os tempos rápidos e lentos da produção econômica da Amazônia são divergentes e coexistem. A dinâmica mais intensa do capital produz objetos afeitos à modernidade, a um ritmo acelerado do circuito da economia urbana mundial, a exemplo da mineração e do agronegócio; estes últimos, inclusive, registram a economia do Sul e Sudeste paraense verticalmente. Os tempos lentos usam as redes solidárias para se firmarem no território (ao mesmo tempo em que o demarcam), mas não possuem o mesmo alcance escalar que os agentes do circuito superior assim o fazem. Ambos os tempos formam a simbiose necessária para se evidenciar a região, em sua unidade. Daí, portanto, que a economia do Sul e Sudeste do Pará não pode ser igualada à das demais regiões, e sim comparada, como afirma Bourkharine (*apud* Santos, 1979, p. 12): "cada sociedade veste a roupa de seu tempo".

23 Ainda segundo Santos (1979), a formação social compreende uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica expressas em bases geográficas. Há, assim, na formação social, diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem, por seu turno, a diversas relações de produção existentes. Ao se tomar esse raciocínio para o Sul e Sudeste do Pará, pela diversidade produtiva da região, novamente, as diferenças são apresentadas, com suas nuances e finalidades distintas, mas, todas fazem parte da unidade regional.

24 A força do agronegócio, bem como da economia baseada no minério dão o tom de uma estrutura produtiva que usa a materialidade do território para reproduzir uma modernidade em escalas internacionais, aquela que conecta a região com o mundo e que, também, confirma um posicionamento na divisão internacional do trabalho. Há, dessa forma, um extravasamento territorial mediado por grandes agentes do capital. De outro lado, aqueles que possuem uma identidade com a terra e com o rio já não perfazem o caminho dos circuitos internacionais da produção e usam uma estrutura técnica menos densa, porém mais integrada ao território, reproduzem-se, assim, como



forças contra-hegemônicas, da mesma forma que se reafirmam no território (MIRANDA, 2017).

25 Não se pretende afirmar, claramente, que o Sul e Sudeste do Pará é ímpar e que nessa região há uma geografia particularista. Dito de outra forma, associa-se o modo de produção às formas espaciais e à formação socioespacial para se compreender o fenômeno aqui apresentado. Pelas formas espaciais do Sul e Sudeste do Pará, observa-se – ao se apropriar da ideia de Massey (2008) – a coetaneidade dos tempos rápidos e dos tempos lentos. A contradição estabelecida ajusta-se na paisagem. Não sem menos, ao se apropriar das ideias de Marx, é Santos (1979) que indica a importância da história na sociedade: “(...) O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e de sua história (...)” (SANTOS, 1979, p. 12).

26 Pode-se associar as ideias de Santos (1979) aos domínios conceituais da região. Em que pese a diversidade territorial do Sul e Sudeste do Pará, o conflito das novas formas (modo de produção novo) com as velhas formas (modo de produção velho) marca a estrutura produtiva da região.

27 Na combinação entre o novo e o velho, a região acaba por se tornar a síntese histórica das formas espaciais perceptíveis em cada momento histórico. Ainda que tenhamos formas espaciais declaradamente representativas de um tempo pretérito, não se pode afirmar, sem embargo, que elas sejam imunes ao processo histórico. Algumas formas espaciais amazônicas demonstram espelhar essa característica importante da formação social, notadamente típica da região, tal como as formas urbanas da Amazônia.

28 Torna-se necessário dizer, ainda, que uma formação social não se resume ao dado concreto ou ao todo material. A dimensão imaterial do espaço está imersa no *modus operandi* pelo qual a sociedade produz objetos. Logo, a materialidade do espaço não se perfaz sem o valor subjetivo das pessoas, mediado pelas relações sociais e as tramas de poder. Na Amazônia, o arcabouço cultural é inerente à história de vida de migrantes, ribeirinhos, índios, colonizadores, bem como os representantes do grande capital. Adicionados ao tempo da floresta, as pessoas se encontram na fronteira e nela demarcam espaços.

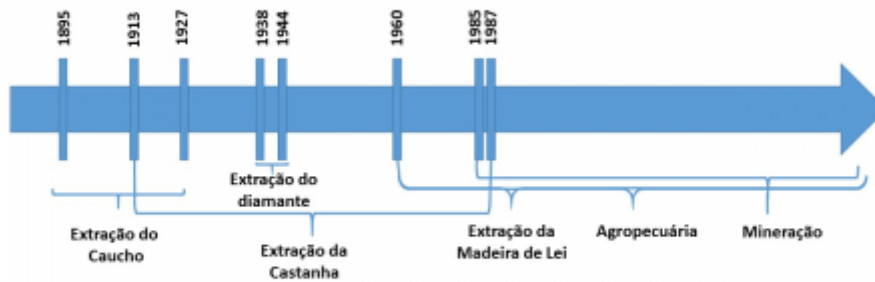
29 É nesse sentido que uma cartografia da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará faz sentido para se compreender, até mesmo, do ponto de vista didático, os eventos marcantes dessa fração regional. É evidente que o risco assumido pode não revelar a amplitude da totalidade, mas, ao menos, garante uma forma de expressar uma proposta de linguagem histórico-geográfica.

3. As diferentes cartografias da Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará por meio de seus principais eventos histórico-geográficos

30 Ainda que se saiba que os primórdios da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará reportam-se às primeiras expedições e contatos da região do médio curso do Rio Tocantins feitas pelos colonizadores, por volta do século XVII, neste trabalho faz-se um claro recorte a partir da ampla reconfiguração regional que o caucho fez na região que ora se denomina de Sul e Sudeste do Pará, compreende-se, nestes termos, que vale muito mais a força que um evento social possui para fins de localização das relações sociais no tempo (SANTOS, 1982). A linha do tempo a seguir (figura 1) exemplifica o que se pretende em termos práticos nesta análise temporal:

Figura 01 – Cronologia dos principais eventos do Sul e Sudeste do Pará.





Fonte: adaptado de Homma (2000) e Velho (2013).

3.1 O caucho

31 A exploração do caucho na região ocorreu no período que o látex (um tipo de goma elástica) foi utilizado como principal matéria-prima para a fabricação dos pneumáticos, componente importante das indústrias automobilísticas norte-americanas e inglesas. Weinstein (1993) destaca que, logo após a crise oriunda do período pós-Cabanagem, na década de 1850, iniciou-se a procura pelo produto na Amazônia. No início, a atividade extrativa se concentrava nos arredores da cidade de Belém, especificamente nas regiões do Marajó e Baixo Tocantins. No entanto, não demorou muito para que ocorresse uma vasta espacialização que atingiu os principais rios da bacia amazônica, chegando até a Bolívia, no início do século XX. A borracha era produzida tanto pelo látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) quanto pelo caucho (*Castilloa ulei*) e apresentava diferenças na forma de coleta do produto como também em qualidade, sendo o látex do caucho mais predatório e de menor qualidade, haja vista a necessidade de derrubada da árvore para se extrair a seiva (WEINSTEIN, 1993).

32 Há relatos de que o dinamismo do caucho na região do médio Tocantins, tenha ocorrido acidentalmente. Segundo Velho (2013), a história contada é a de que Carlos Gomes Leitão¹ teria se deslocado para a região próximo à confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, a fim de encontrar campos naturais que servissem para criação de bovinos, quando se deparou com a árvore de caucho, até então desconhecida. Logo, então, no ano de 1895, é criado o Burgo Agrícola de Itacaiúnas, distante aproximadamente 10 km da foz do rio Itacaiúnas, e que serviu de base mercantil para a extração e comercialização do látex. Ainda segundo Velho (2013), no extremo sul da região, em 1897, em uma extensa área de campos naturais, houve uma ocupação e a fundação de um arraial de nome Conceição do Araguaia.

33 A descoberta do látex provocou a desfragmentação do Burgo Agrícola de Itacaiúnas e o surgimento de uma casa comercial na região do pontal, formada pelas confluências dos rios Itacaiúnas e Tocantins, denominada Marabá. Em função da boa localização geográfica, na foz da área de extração do látex, Marabá, rapidamente, se tornou o centro polarizador de toda a região, atraiu um grande contingente de pessoas, nordestinos e estrangeiros para trabalharem, respectivamente, na extração e comercialização do produto (VELHO, 2013).

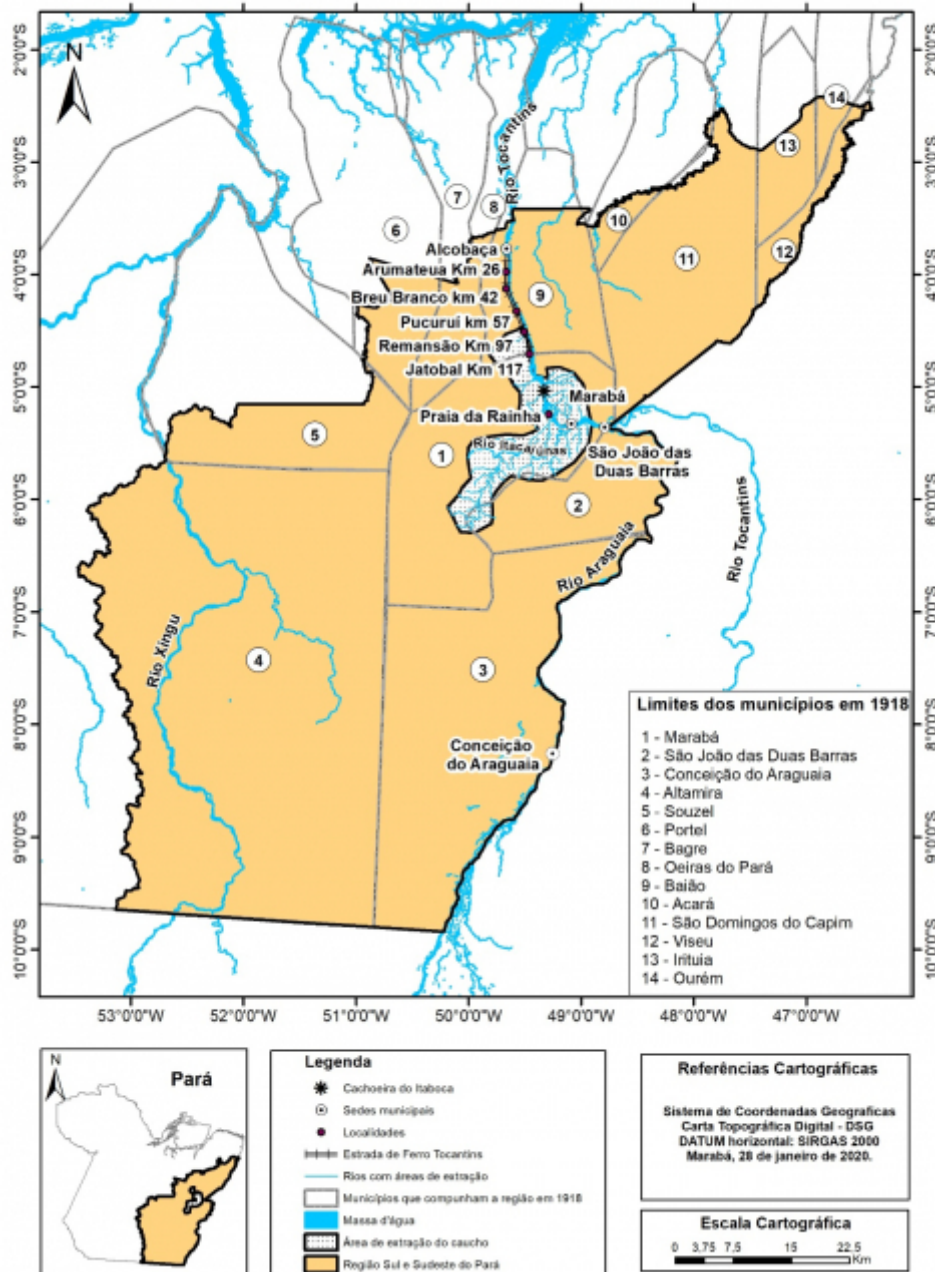
34 Por meio de Fausto (2001), é possível imaginar a espacialização das áreas de extração do látex do caucho e da castanha, que, segundo este autor, encontravam-se nos primórdios nas proximidades dos rios Tocantins e Itacaiúnas, bem como dos seus principais afluentes. Em suas palavras:



A exploração desses produtos não parece, porém, ter avançado de modo consistente sobre o território dos Parakanã, concentrando-se antes mais ao sul, próximo a Marabá, e penetrando a oeste pelo rio Itacaiúnas. A região das cabeceiras e médio curso dos rios da margem direita, Bacuri, Pucuruí e Pacajazinho, habitada pelos Parakanãs não foi drasticamente atingida nesse período por caucheiros e castanheiros (FAUSTO, 2001, p. 41).

35 É possível compreender a dificuldade e os inúmeros conflitos, sobretudo a partir do contato com os indígenas, pioneiros neste vasto território, limitando, no início, a expansão da extração do caucho para novas áreas. Além dos conflitos, outro problema foi a dificuldade de circulação pelo rio Tocantins em decorrência das corredeiras do Itaboca. De acordo com as informações de Almeida (2015), os barcos a vapor oriundos de Belém navegavam até o vilarejo de Arumateua (próximo de onde hoje se localiza a cidade de Tucuruí), e daí as canoas ou batelões², carregados de látex, levavam a produção de Marabá até este entreposto, a fim de serem conduzidas até as casas aviadoras de Belém. O mapa 2 sintetiza as ideias até aqui apresentadas, com destaque para a exploração do caucho nas proximidades de Marabá:

Mapa 02 – Espacialização das áreas de extração de caucho no Sudeste do Pará.



Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.

36 A atividade extrativa do caucho durou pouco tempo e seu declínio esteve associado à queda dos preços de exportação da borracha na Amazônia, que passou a sofrer a concorrência da produção asiática (WEINSTEIN, 1993). No entanto, toda a infraestrutura, sistema de produção, arremetimento e controle da mão-de-obra montados para a borracha foram aproveitados para a extração da castanha, outra matéria-prima fundamental na compreensão da formação do Sul e Sudeste do Pará.

3.2 A castanha

37 A castanha é o fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), e começa a ser explorada ainda no final do século XIX, contudo, ainda em pequena quantidade, haja vista que a borracha, naquele momento, se destacava como atividade econômica principal (SANTOS, 1980). Emmi (1988) destaca a região do médio curso do rio Tocantins pela abundância de castanheiras. Logo em seguida, por ser a principal área de extração da semente, denominada pela autora de “domínio dos castanhais”, estendia-se dos arredores de Marabá até às fronteiras com os estados do Tocantins e Maranhão, sob influência dos rios Tocantins e Araguaia.

38 Essa atividade econômica foi explorada pelas oligarquias locais, as quais obtiveram o direito do monopólio da extração e comercialização da castanha pelo estado paraense. Algumas empresas da indústria extrativa da castanha, dentre elas, a firma A. Borges & Cia, as famílias Mutran, Almeida, Azevedo e Moraes, foram beneficiadas (EMMI, 1988). Ainda, segundo a autora, outra forma de exploração da castanha estava na extração livre nos chamados “castanhais do povo”, presentes em 11 municípios da região, abrangidos por uma área de aproximadamente 169.770 hectares, entre elas, as serventias de Landy, Geladinho, Jenipapo, Alto Bonito, nos arredores da cidade de Marabá (EMMI, 1988). De acordo com Emmi (1988), havia um Polígono dos Castanhais (ver mapa 3), algo que atestava a influência regional dessa matéria-prima. Isso foi tão importante ao ponto de esses “castanhais do povo” se tornarem referência obrigatória na memória social, como se pode perceber no relato de um ex-castanheiro:

Eu tenho um castanhal que foi dado para os Parakanã, com toda a safra de castanha de cem a duzentos hectolitros de castanha. Eu vivia de castanha, e hoje em dia nós estamos muitos anos sem receber nada de castanha. Qual o meio que nós tinha de vida? Era aquele, a castanha. Nós ajudava um ao outro pobre, que cortava, e pagava pra ele. Tudo gerava dinheiro. A safra era no inverno, aí quando chegava o mês de maio pra junho, a gente descia pro garimpo, todo mundo descia pro garimpo. O rio baixava e nós ia entrando (sic) (Entrevistado 01, município de Itupiranga, entrevista realizada em 24 de agosto de 2019).

39 É possível, por meio desta narrativa, perceber a importância que a castanha representava para a economia regional, além de identificar outras atividades secundárias que se desenvolveram concomitante a ela, no período da estiagem das chuvas, dentre as quais, a extração de diamante, no leito do rio Tocantins, no perímetro da Vila Tauri, em Itupiranga, até São João do Araguaia, e no rio Itacaiúnas, na região de Pedral.

40 Novamente, Velho (2013) destaca essa espacialização ao estipular, inclusive, a produtividade média de acordo com uma determinada área de castanhais, bem como o valor final do produto. Nas palavras desse autor:

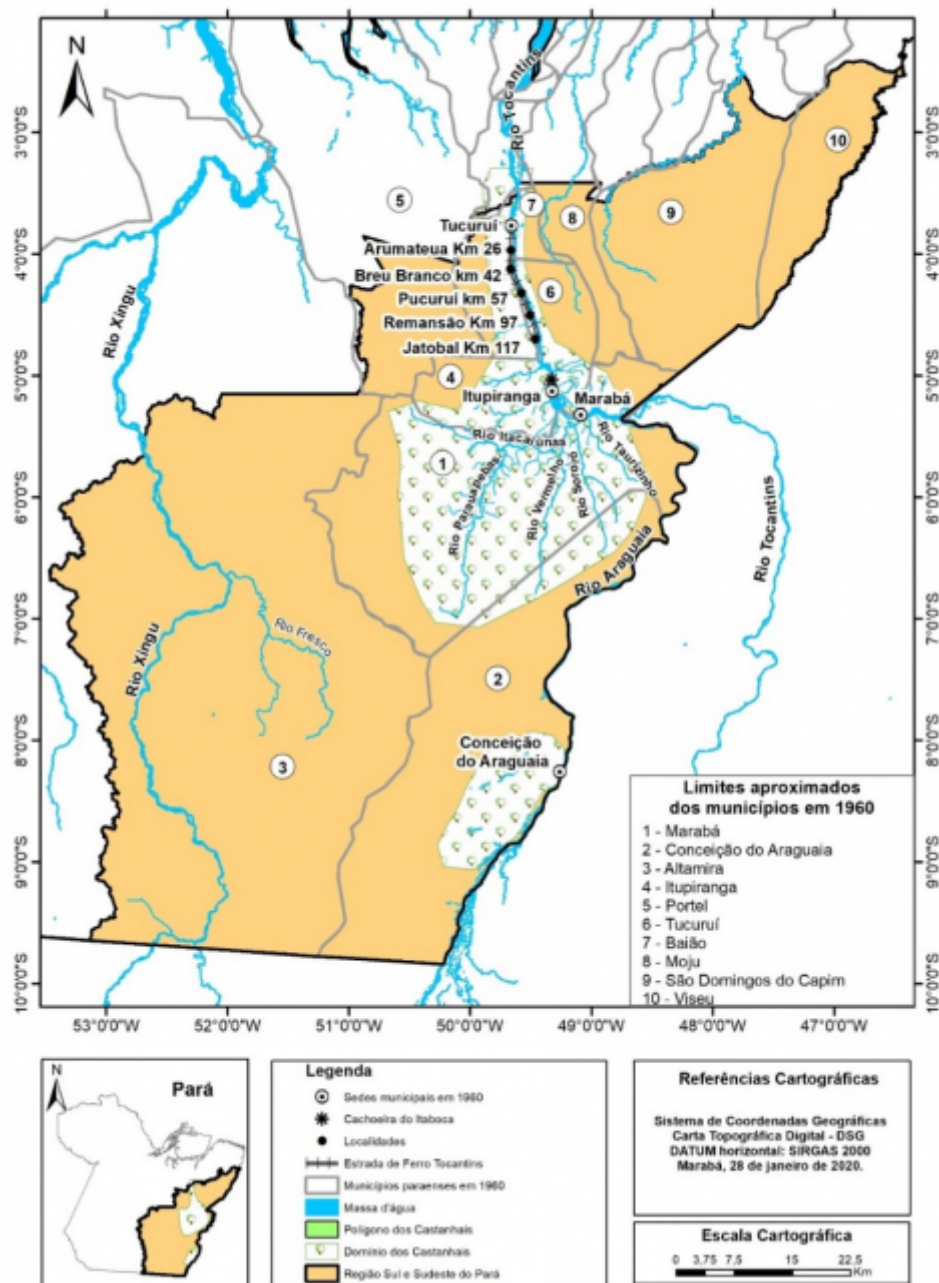
Na região de Marabá os castanhais são considerados extremamente ricos. Os melhores encontram-se entre o Tocantins e o Itacaiúnas, ao sul de Marabá, junto aos afluentes da margem direita do Itacaiúnas, como o Vermelho, o Sororó e o Sororozinho, nos atuais municípios de Marabá e São João do Araguaia. Estendem-se, porém, até Conceição, e os há também na margem esquerda do Itacaiúnas, para os lados de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí, e na direção do Xingu; embora, ao que se saiba, mais fracos. A produtividade dos castanhais varia muito, e por isso o tamanho do castanhal, assim entendida uma porção de terras com razoável quantidade de castanheiras, não é boa medida de seu valor.



Uma légua quadrada de castanhal pode variar em produtividade de cerca de 700 a 3.000 hectolitros por safra. Também a maior ou menor distância dos centros onde é concentrada a castanha para envio a Belém, bem como a existência ou não de vias de penetração, influem no valor dos castanhais (VELHO, 2013, p.66).

- 41 É a partir de todas essas referências, que se chegou a uma construção aproximada da cartografia histórico-geográfica de exploração da castanha na região Sul e Sudeste do Pará, conforme representação do mapa 3:

Mapa 03 – Espacialização das áreas de extração da castanha no Sul e Sudeste do Pará



Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.

- 42 Por volta da década de 1960, a região Sul e Sudeste do Pará se integraria definitivamente ao restante do país. Primeiramente, ainda por meio da via fluvial, se intensificaram as relações de Marabá com Imperatriz, no estado do Maranhão que, naquele momento, já se integrava ao resto do país por meio da rodovia Belém-Brasília. Posteriormente, a ligação de Marabá com a rodovia Belém-Brasília, no ano de 1969, ocorreu pela rodovia estadual PA-70, atual BR-222. Já na década de 1970, a cidade fora cortada pela rodovia Transamazônica e serviu de base operacional para o avanço da fronteira do capital na Amazônia (BECKER, 1990).

43 A partir desse novo padrão de organização espacial, orientado cada vez mais pelas rodovias, a região Sul e Sudeste do Pará recebeu novos atores econômicos, com o intuito de explorar as áreas de minas, as reservas de madeira, bem como avançar a fronteira agrícola. É a partir desse momento que a atividade da castanha começou sua decadência, porém resistindo até por volta do ano de 1987. Em boa parte, as antigas áreas de castanhais foram desmatadas para dar lugar às fazendas de criação de bovinos, o que diminuiu consideravelmente a produção. Já as terras, algumas foram desapropriadas pelo Estado para criação de projetos de assentamentos (MICHELOTTI, 2008). Segundo Homma (2000), as razões que levaram a desintegração da economia extrativa da castanha estão relacionadas ao conflito territorial encabeçado por diferentes atores sociais, que migraram para a região a partir da década de 1960, bem como do interesse do Estado pelas novas atividades econômicas, dentre elas, os recursos minerais e a agropecuária.

3.3 A madeira e agropecuária

44 O avanço da fronteira do capital nessa porção da Amazônia, provocou a implantação de uma complexa rede de sistemas de objetos, como rede de circulação rodoviária, surgimento de inúmeras cidades, hidroelétricas, entre outros, que propiciaram a chegada de novas atividades econômicas na região. A atividade madeireira ganhou impulso a partir da década de 1970 com a chegada de empresas desse ramo, vindas do Sul e Sudeste do Brasil.

45 À medida que as estradas surgiam na região, o impacto da degradação florestal e do desmatamento se alastrava. Primeiramente, as madeiras se instalaram ao longo da rodovia Belém-Brasília, por volta da década de 1970, nas áreas hoje pertencentes aos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, que foram as primeiras áreas a sofrerem o reflexo do desmatamento do padrão de exploração predatória dessa indústria. Posteriormente, as áreas do Sul do Pará, margeadas atualmente pela BR-155 (antiga PA-150), nas proximidades de Redenção, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, também receberam madeiras, que suprimiram as florestas nativas. De acordo com Veríssimo, Lima e Lentini (2002), a atividade madeireira reduziu consideravelmente os estoques de floresta nos arredores dessas duas rodovias, à exceção dos territórios protegidos (terras indígenas, unidades de conservação e projetos agroextrativistas). Situação pior aconteceu com os estoques de floresta nativas da região Sul do Pará, algo agravado pela migração de posseiros e pecuaristas. A partir do início dos anos 2000, por efeitos de pressões ambientais de toda ordem, houve um refreamento do desmatamento, havendo, até mesmo uma migração da atividade para outras regiões paraenses, tais como o oeste.

46 Destaca-se também a extração de madeira para a fabricação de carvão vegetal, cuja finalidade é ser fonte de energia para as siderúrgicas instaladas no Distrito Industrial de Marabá. Monteiro (2006) e Amaral (2014), apresentam os municípios que passaram a produzir o carvão vegetal para as siderúrgicas, ocorrendo um deslocamento espacial dos maiores fornecedores, no intervalo entre os anos de 2003 e 2008. Em alguns municípios, houve, inclusive, a paralização da produção de carvão vegetal.

47 Atualmente, esta região é a maior produtora de gado de corte do Estado do Pará, o que representa mais de 68% da produção de todo o estado e que possui os quatro maiores produtores do estado, entre eles, São Félix do Xingu (maior produtor do Brasil), com 2.200.338 de cabeças; Marabá, com 1.072.999 de cabeças; Novo Repartimento, com 970.262 de cabeças e; Cumaru do Norte, com 808.396 de cabeças (IBGE, 2019).

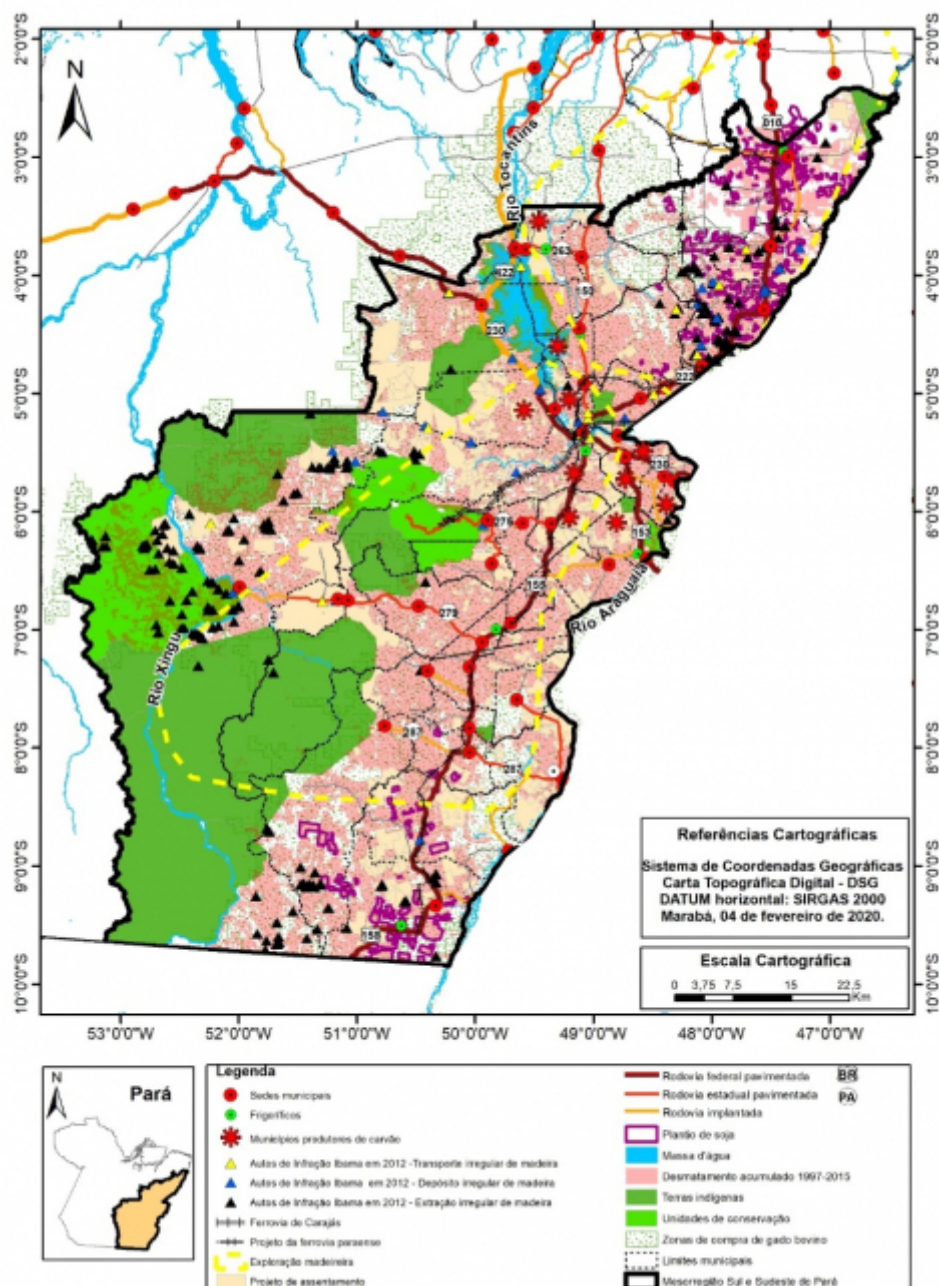
48 A frente agrícola se expandiu concomitantemente ao avanço da frente pastoril e da atividade madeireira, logo após a década de 1960. Antes disso, algumas culturas eram incentivadas pela prefeitura de Marabá para subsidiar a demanda da extração da castanha, com destaque para as culturas de arroz, mandioca e feijão. A partir da década



de 1970, com a colonização oficial promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aumentaram as áreas de produção familiar (VELHO, 2013).

49 O mapa 4 representa as áreas de produção pastoril, agrícola e de extração da madeira na região estudada, considerada uma importante fase da formação territorial do Pará

Mapa 04 – Espacialização das áreas de extração da madeira, produção pastoril e agrícola no Sul e Sudeste do Pará.



Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.

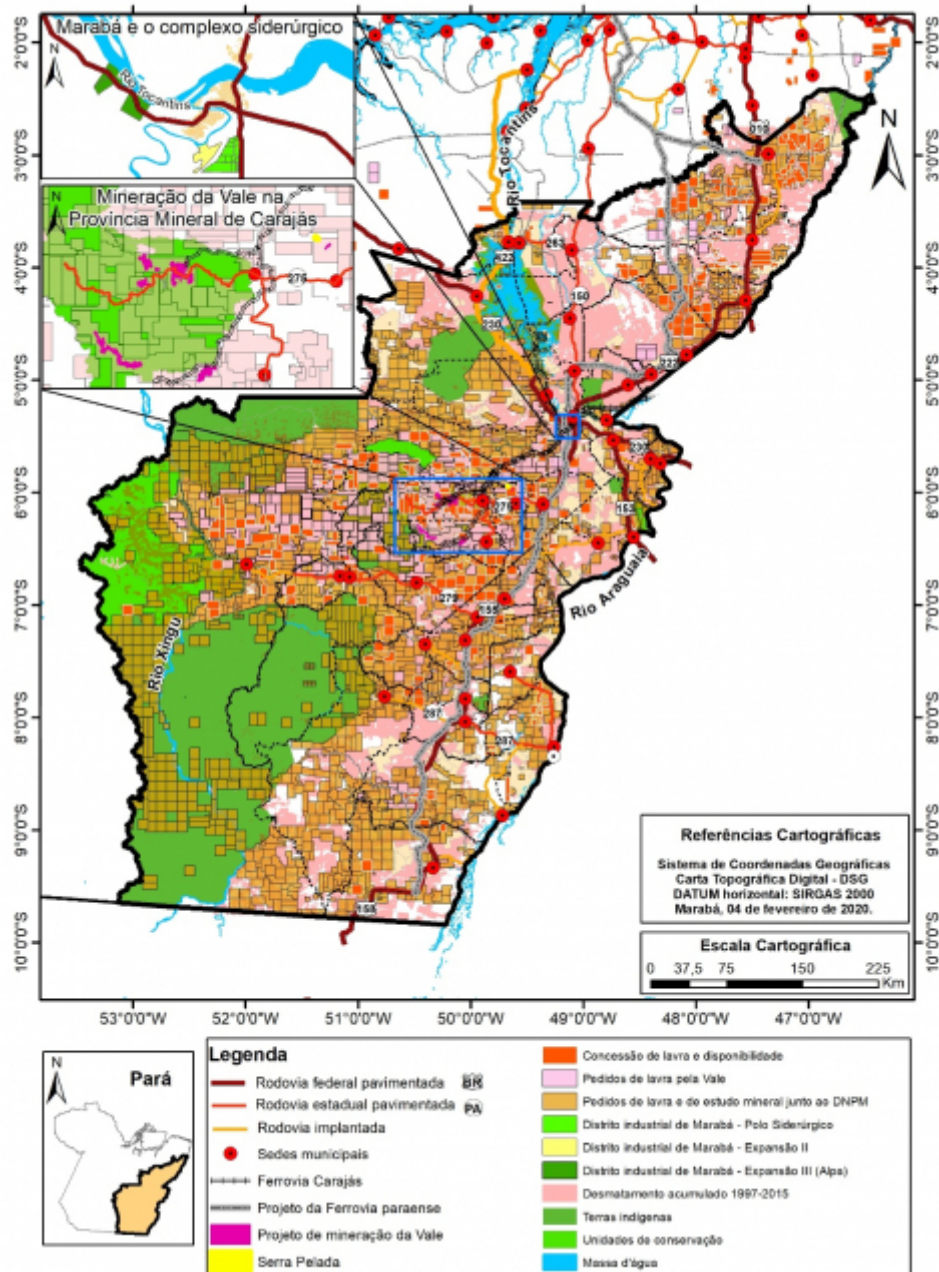
3.4 Mineração

50 A exploração dos recursos minerais teve início na região ainda no final da década de 1939, com a exploração de diamante e cristal de rocha, ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, porém, como atividade complementar da castanha, conforme já mencionados neste trabalho. Entretanto, somente na década de 1980, com o Programa Grande Carajás – PGC, é que esta atividade econômica começa a ter exploração em grande escala ao inaugurar uma nova fase de expansão da fronteira do capital na Amazônia, cada vez mais com influência das empresas internacionais (BECKER, 1990).

- 51 Na viabilização dessa atividade, o Estado foi crucial ao fornecer a infraestrutura necessária para o suporte técnico e operacional, tal como a implantação da ferrovia Carajás, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do Porto de Itaquí (São Luis-MA), das rodovias (BR-230, PA-150 e PA-279), das *Company Towns* de Carajás, etc (BECKER, 1990). Além da implantação desses sistemas de objetos, as ações governamentais mantiveram o controle e o ordenamento sobre os “territórios de segurança”, seja por meio da atuação na área de abrangência do PGC, correspondente a 10,6% do território nacional, como também, da regularização fundiária, vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por intermédio dos projetos de colonização do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – Getat e Projetos Integrados de Colonização – PIC, cuja finalidade era garantir a segurança do território para a Vale (MIRANDA, 1990).
- 52 Em relação à verticalização da produção mineral, no final do ano de 1988, foi inaugurado o Distrito Industrial em Marabá, cuja finalidade era implantar as siderúrgicas vindas do estado de Minas Gerais por meio de incentivos tributários concedidos pelo governo do Pará para beneficiar o ferro fornecido pela Vale e transformá-lo em ferro-gusa, agregando-lhe valor para exportação (MONTEIRO, 2006). Em meados dos anos 2000, o estado do Pará e a Vale anunciaram o Projeto Aço Laminados do Pará (Alpa), com a finalidade de produzir aços a partir do insumo do ferro oriundo de Carajás.
- 53 Além destes projetos, destaca-se a existência de outros na região, entre eles: Projeto Salobo da Vale, de extração de cobre, localizado em Marabá; Hydro Paragominas, da empresa Norsk Hydro, de extração de bauxita, localizado em Paragominas; Empresa Buritirama, de extração de manganês, em Marabá; Projeto Onça Puma da Vale, de extração de níquel, em Ourilândia do Norte; Projeto S11D da Vale, de extração de ferro, em Canaã dos Carajás; Projeto Serra Norte da Vale, de extração de cobre, ouro e ferro, no município de Curionópolis; Votorantim Metal, extração de bauxita e transformação em alumina, no município de Rondon do Pará. Somados a estes que já estão em operação, há inúmeras pesquisas para lavra, solicitadas ao Departamento Nacional de Pesquisas Minerais – DNPM.
- 54 Destaca-se que as dinâmicas agropecuária e mineral, em muitos casos, encontram-se associadas. É bastante recorrente a exploração de atividade mineral, de forma clandestina, em fazendas da região. Em outros casos, ocorre o assédio e especulação de terras de fazendeiros, sobretudo nas áreas classificadas pelo DNPM como de grande potencial mineral, ou naquelas em que já ocorram algum projeto de extração (MIRANDA, 1990).
- 55 No mapa 5, resume-se essa importante e complexa fase da formação territorial com ênfase nas áreas de atuação do PGC, nos projetos minerais atuantes nessa região, além dos novos pedidos de lavra na região:

Mapa 05 – Exploração mineral no Sul e Sudeste do Pará



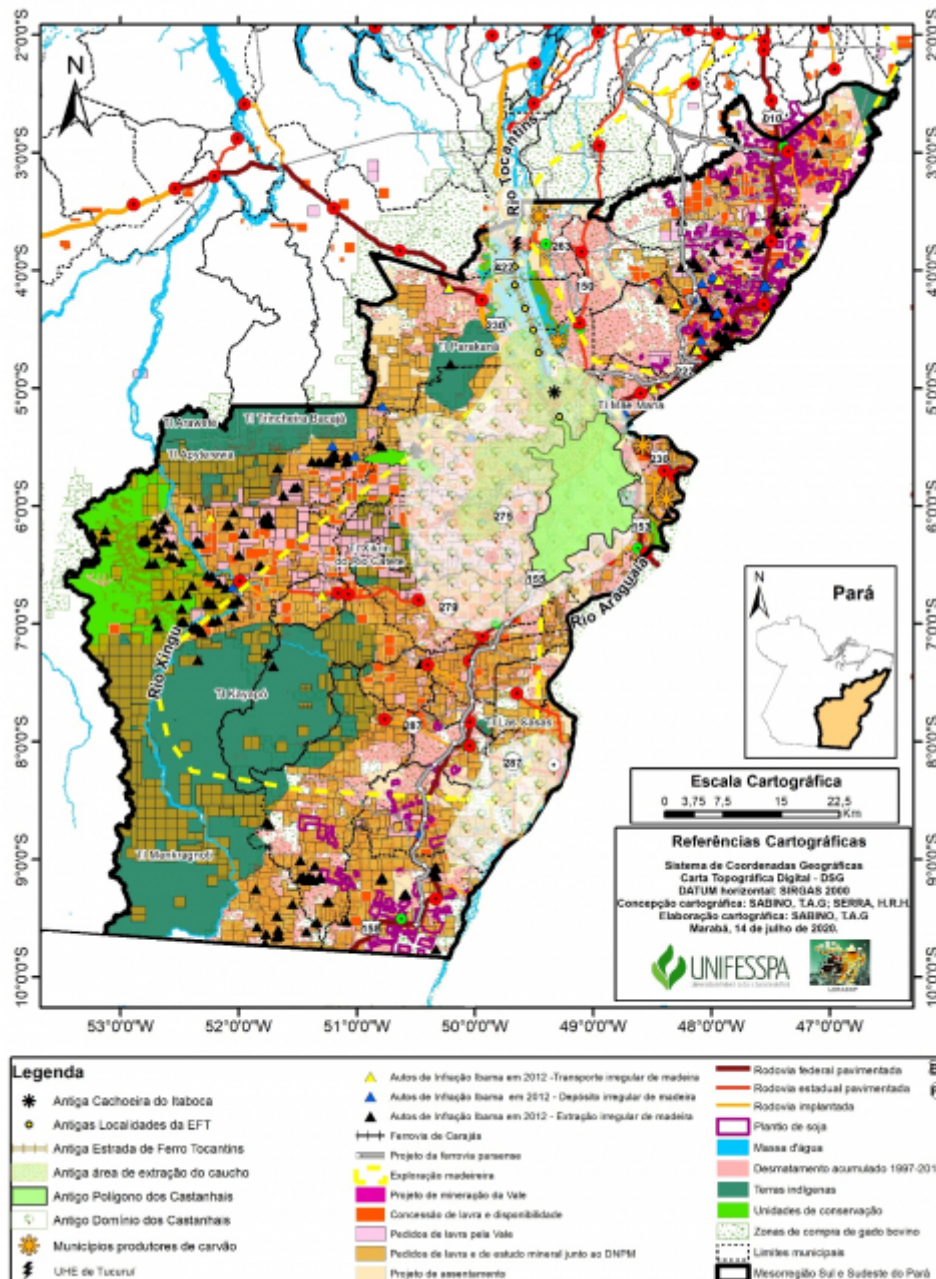


Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.

56 Os eventos históricos considerados neste trabalho permitem desenvolver um raciocínio geográfico que desemboca em uma síntese cartográfica. Não obstante, reconhece-se que a predileção pelos eventos expostos não nega a presença e importância de sujeitos sociais fundamentais na formação territorial do Sul e Sudeste do Pará, que, porventura, não se fizeram presentes nas descrições aqui desenvolvidas. Nesse sentido, o mapa 6 apresenta-se da seguinte forma:

Mapa 06: Cartografia-síntese da Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará





Considerações finais

57 Uma cartografia que retrate a formação territorial do Sul e Sudeste do Pará pode se tornar não apenas um recurso técnico típico das searas geográficas em suas diversas nuances, para além disso, ela pode se comprometer a se engajar como uma linguagem visual que integra de forma intrínseca o espaço representado com o tempo. Nesta perspectiva, assume-se uma postura que chega, até mesmo, a se cumprir um papel pedagógico, algo, às vezes, tão caro aos discursos científicos.

58 Dessa forma, a geografia e a cartografia possuem uma relação íntima, que vai muito além da simples visualização do layout de um mapa, mas que funciona como a principal forma de comunicação geográfica a fim de representar os fenômenos atinentes no espaço e no tempo de uma determinada região. Assim, a técnica se concilia com a realidade para que a escala cartográfica esteja ancorada na escala geográfica dos processos a serem detalhados no mapa.

59 Neste trabalho, procurou-se propor cartografias das regiões Sul e Sudeste do Pará baseadas na formação territorial dessa mesma região. A ideia, assim, era de ampliar um raciocínio geográfico com o auxílio protagonista da cartografia, reforçados pela leitura

da formação econômica e social de Santos (1979), bem como no entendimento de uma região como um espaço de multiplicidade de dimensões sociais, tal como afirma Haesbaert (2010). Além desses autores que embasaram a discussão teórica do artigo, as referências históricas sobre a região (já tratadas neste trabalho) foram fundamentais para elaborar os mapas que mostrassem formação territorial da referida região em estudo, os quais permitiram, sob certa medida, reforçar um olhar analítico-crítico das porções meridional e oriental do território paraense.

60 Assim, tanto o referencial teórico quanto o referencial histórico proporcionaram a construção da cartografia regional do Sul e Sudeste do Pará, que está inevitavelmente ancorada nos fatos históricos, reforçando a intensa relação da história com a geografia, mais precisamente sua indissociabilidade. Partiu-se dos eventos econômicos, iniciando com a exploração do caucho, que inicia o processo de ocupação da região. Em seguida, a ocupação da região ampliou-se com a atividade de extração da castanha-do-Pará. No entanto, é sobretudo a partir da década de 1960, que se percebe uma intensificação na ocupação da região e no avanço de outras atividades econômicas, como a extração vegetal da madeira, que, muitas vezes, ocorreu de forma degradante, substituindo áreas de floresta por pastagens. Não sem menos, a extração mineral, representada pela implantação de grandes projetos, fora destacada pelo Programa Grande Carajás, bem como pela frente agropastoril, tornando a região uma das áreas de maior produção de gado bovino do Brasil e uma das maiores fronteiras agrícolas

61 Por estes meios, afirma-se que uma proposta de cartografia da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará deve ser encarada como uma proposta aberta, pois não se pretende finalizar um raciocínio que envolve a geografia regional a partir de fatos históricos exclusivos. Do contrário, a formação territorial do Sul e Sudeste do Pará sempre deve estar atenta aos efeitos dos fenômenos sociais, encapsulados nos eventos históricos, pois, a partir deles, torna-se mais relevante a compreensão do conceito de região e sua história.

Bibliographie

ALMEIDA, J. *Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da castanha-do-Pará*. 2015. 304 fls. Tese (doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica / FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AMARAL, M. O movimento do carvoejamento na Amazônia oriental brasileira: a dinâmica da produção do carvão vegetal em Rondon do Pará. *Confins [Online]*, 2014.

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; BRANDÃO JR.; A.; BAIMA, S. *Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?* Belém/ Cuiabá: Instituto Centro da Vida/ Imazon, 2017.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. Geopolítica da Amazônia no início do século XXI. In: *Revista da UNB*. Brasília, ano 1, nº 2.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. *Massas d'água*. Brasília: ANA, 2020. Disponível em: <<https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>>. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Dados gerais das Unidades de Conservação Federais*. Brasília: ICMBio, 2019. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>>. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos: Pará*. Brasília: INCRA, 2019. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm>>. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Prodes*. Brasília: Inpe, 2019. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Fundação Nacional dos Índios. *Terras indígenas: PA*. Brasília: Funai, 2017. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em: 05/07/2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Malha municipal: Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio>>. Acesso em: 05/07/2020.



em: 05/07/2020.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica do Estado do Pará. In: _____. *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: Editora da Naea/UFPA, 2015.

EMMI, M. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1988.

_____. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. *Papers do Naea*, Belém, nº 166, 2002.

FAUSTO, C. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

GOMES, P. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, R. *Latifúndio e identidade territorial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 (Série Documenta, 25).

_____. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120 (Geografia em movimento).

_____. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARDY-VALÉE, B. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013.

HOMMA, A. *Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense*. Belém: Embrapa da Amazônia Oriental, 2000.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. (coleção Sociologia brasileira, v.8).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MARTINELLI, M. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, D.; VOLPI, E.; SILVA, H.; MENEZEZ, L.; MOURA, P. Decifrando o georreferenciamento. *Geografia, ensino e pesquisa*. Santa Maria-RS, v. 18, n.3, set/dez, 2014, p. 85-102.

MICHELOTTI, F. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. *Anais. 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais: diversidade e perspectivas do mundo rural no Brasil contemporâneo*. Universidade Federal de Campina Grande – PB. Campina Grande-PB, 2008.

MIRANDA, M. A ação federal/estadual na propriedade da terra: a colonização do corredor da estrada de ferro Carajás. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília/ Rio de Janeiro: Editora da UNB/Editora da UFRJ, 1990.

MIRANDA, R. *Contra-hegemonia e território do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) no sudeste paraense*. 2017. 380 fls. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana/ FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MONTEIRO, M. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. *Novos Cadernos Naea*, v. 9, n. 2, p. 55-97, dez. 2006.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. *Malha de logradouros do Pará*. Belém: IDESP, 2013.

SANTOS, M. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. In: _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 9-27.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SCHMINK, M.; WOOD, C. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Ed.ufpa, 2012.

TOCANTINS, L. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

VELHO, O. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA edições, 2013 (coleção antropologia da Amazônia).

Veríssimo, A; Lima, E; Lentini, M. *Polos madeireiros do estado do Pará*. Belém: Imazon, 2002.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec, 1993.



Notes

1 Político militar que foi expulso da cidade de Boa Vista do Tocantins e que fundou o Burgo Agrícola de Itacaiúnas. Naquele contexto, foi a pessoa que descobriu o caucho.

2 Batelão é um tipo de embarcação de fundo chato, com pequeno calado própria para operação próxima às margens e em águas rasas de rios.

Table des illustrations

	Titre	Mapa 01 – Municípios que compõe a mesorregião do Sul e Sudeste do Pará.
	Crédits	Fonte: IBGE, 2015.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-1.jpg
	Fichier	image/jpeg, 244k
	Titre	Figura 01 – Cronologia dos principais eventos do Sul e Sudeste do Pará.
	Crédits	Fonte: adaptado de Homma (2000) e Velho (2013).
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-2.jpg
	Fichier	image/jpeg, 62k
	Titre	Mapa 02 – Espacialização das áreas de extração de caucho no Sudeste do Pará.
	Crédits	Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-3.jpg
	Fichier	image/jpeg, 598k
	Titre	Mapa 03 – Espacialização das áreas de extração da castanha no Sul e Sudeste do Pará
	Crédits	Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-4.jpg
	Fichier	image/jpeg, 318k
	Titre	Mapa 04 – Espacialização das áreas de extração da madeira, produção pastoril e agrícola no Sul e Sudeste do Pará.
	Crédits	Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-5.jpg
	Fichier	image/jpeg, 471k
	Titre	Mapa 05 – Exploração mineral no Sul e Sudeste do Pará
	Crédits	Fonte: ANA, 2015; Pará, 2018.
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-6.jpg
	Fichier	image/jpeg, 784k
	Titre	Mapa 06: Cartografia-síntese da Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará
	URL	http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/35731/img-7.jpg
	Fichier	image/jpeg, 1,0M

Pour citer cet article

Référence électronique

Hugo Rogério Hage Serra et Thiago Alan Guedes Sabino, « Cartografias da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará », *Confins* [En ligne], 49 | 2021, mis en ligne le 19 mars 2021, consulté le 22 mars 2022. URL : <http://journals.openedition.org/confins/35731> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.35731>



Auteurs

Hugo Rogério Hage Serra

Unifesspa, serra@unifesspa.edu.br.

Thiago Alan Guedes Sabino

Unifesspa, thiagoalan2000@yahoo.com.br

Droits d'auteur



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.

